



**COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE  
ASSOCIADOS – SICOOB MAXICRÉDITO  
NIRE – 424.000.1133-1**

**ESTATUTO SOCIAL**

**TÍTULO I  
DA NATUREZA JURÍDICA**

**CAPÍTULO I  
DA NATUREZA JURÍDICA, DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO  
PRAZO DE DURAÇÃO, DA ÁREA DE AÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL**

**Art. 1º** A Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados – SICOOB MaxiCrédito, CNPJ nº 78.825.270/0001-29, constituída em 16 de novembro de 1984, neste Estatuto Social designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. É regida pela legislação vigente, pelos atos normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, por este Estatuto Social, pelas normas e diretrizes de atuação sistêmicas estabelecidas pelo Sicoob Confederação, pelas normas internas próprias e pela regulamentação da cooperativa central a que estiver associada, tendo:

- I.** Sede, administração e foro jurídico na Avenida Getúlio Dornelles Vargas, 2553N - CEP 89.805-001 na cidade de Chapecó/SC;
  - II.** Área de ação limitada aos municípios de Chapecó, Xaxim, Coronel Freitas, Quilombo, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Nova Erechim, Campo Erê, São Bernardino, Santiago do Sul, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Guatambu, Irati, Formosa do Sul, Jardinópolis, Entre Rios, União do Oeste, Águas Frias, Marema, Lajeado Grande, Nova Itaberaba, São José, Florianópolis, Blumenau, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Guaramirim, Ilhota, Itajaí, Jaraguá do Sul, Luiz Alves, Massaranduba, Penha, Pomerode, Rio dos Cedros, Timbó, Imbituba, Corupá e Laurentino todos no Estado de Santa Catarina;
  - III.** Prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil.
- § 1º** A área de ação deve ser homologada pela Cooperativa Central, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.
- § 2º** A Cooperativa poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso II deste artigo, de seus órgãos ou entidades e das empresas por estes controladas, conforme a regulamentação em vigor.

**CAPÍTULO II  
DO OBJETO SOCIAL**



**Art. 2º** A Cooperativa tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades Cooperativas de Crédito:

- I.** O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;
- II.** Prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;
- III.** A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

**§ 1º** No desenvolvimento do objeto social, a Cooperativa deverá adotar programas de uso adequado do crédito, de poupança e de formação educacional dos associados, tendo como base os valores e os princípios cooperativistas.

**§ 2º** Em todos os aspectos das atividades executadas na Cooperativa devem ser rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais ou de gênero.

## **TÍTULO II DOS ASSOCIADOS**

### **CAPÍTULO I DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO**

**Art. 3º** Podem associar-se à Cooperativa todas as pessoas naturais que concordem com o presente Estatuto Social, preencham as condições nele estabelecidas e sejam residentes ou domiciliadas na área de ação da Cooperativa.

**Parágrafo único.** Podem também associar-se as pessoas jurídicas, sediadas na área de ação da Cooperativa, observadas as disposições da legislação em vigor.

**Art. 4º** Não podem ingressar na Cooperativa:

- I.** As instituições financeiras e as pessoas que exerçam atividades que contrariem os objetivos da Cooperativa ou que com eles colidam;
- II.** As pessoas jurídicas que exerçam concorrência com a própria sociedade Cooperativa.

**Art. 5º** O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).

**Art. 6º** Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.



- § 1º** Não será exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da Cooperativa, na hipótese em que houver posterior aumento do capital mínimo de associação.
- § 2º** Havendo posterior redução do capital mínimo, não será devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.
- § 3º** O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.
- § 4º** O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.

## **CAPÍTULO II DOS DIREITOS**

**Art. 7º** São direitos dos associados:

- I.** Através dos seus associados delegados, tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;
- II.** Participar do rateio que lhe couber, relativo as sobras apuradas no exercício;
- III.** Ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;
- IV.** Propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- V.** Beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela Cooperativa, observadas as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;
- VI.** Examinar e pedir informações, por escrito, atinentes as demonstrações financeiras do exercício e demais documentos, ressalvando os protegidos por sigilo;
- VII.** Tomar conhecimento dos normativos internos da Cooperativa;
- VIII.** Demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.

- § 1º** O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a Cooperativa perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego, exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 130/2009.
- § 2º** Também não pode votar e ser votado, o associado pessoa natural que preste serviço em caráter não eventual à Cooperativa.



§ 3º O associado delegado presente na Assembleia Geral terá direito a 01 (um) voto, independentemente do número de quotas-partes que esteja representando.

### **CAPÍTULO III DOS DEVERES**

**Art. 8º** São deveres dos associados:

- I.** Satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a *Cooperativa*;
- II.** Cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como os instrumentos de normatização sistêmicos, destinados direta ou indiretamente aos associados;
- III.** Zelar pelos interesses morais, éticos, sociais e materiais da Cooperativa;
- IV.** Responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;
- V.** Respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;
- VI.** Realizar suas operações financeiras, preferencialmente, na Cooperativa;
- VII.** Manter as informações cadastrais atualizadas;
- VIII.** Não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa, para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da Cooperativa, das instituições financeiras envolvidas na concessão e do Banco Central do Brasil;
- IX.** Comunicar ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou à Diretoria Executiva, por escrito e mediante protocolo, se dispuser de indícios consistentes, a ocorrência de quaisquer irregularidades, sendo vedados o anonimato e a divulgação interna ou externa, por qualquer meio, de fatos ainda não apurados, e ainda a divulgação fora do meio social de fatos já apurados ou em apuração;
- X.** Comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitudes do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.

### **CAPÍTULO IV DA DEMISSÃO, DA ELIMINAÇÃO E DA EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS**

#### **SEÇÃO I DA DEMISSÃO**



**Art. 9º** A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.

**§ 1º** O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente a data de protocolo do pedido.

**§ 2º** Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.

**§ 3º** A data da demissão do associado será a data do protocolo do pedido de demissão na Cooperativa.

## **SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO**

**Art. 10** A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária.

**Art. 11** Além das infrações legais ou estatutárias, o associado poderá ser eliminado quando:

- I.** Exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa;
- II.** Praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabone, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos constantes e relevantes em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na Cooperativa;
- III.** Deixar de honrar quaisquer compromissos perante a Cooperativa, ou perante terceiro, no qual a Cooperativa tenha prestado qualquer espécie de garantia pela qual ela seja obrigada a honrar em decorrência da inadimplência do associado;
- IV.** Estiver divulgando entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar o sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.

**Art. 12** A eliminação do associado será decidida e registrada em ata da reunião do Conselho de Administração.

**§ 1º** O associado será notificado por meio de carta em que esteja descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que aprovou a eliminação.

**§ 2º** O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30(trinta) dias após o recebimento da carta, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.



### **SEÇÃO III DA EXCLUSÃO**

**Art. 13** A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:

- I.** Dissolução da pessoa jurídica;
- II.** Morte da pessoa natural;
- III.** Incapacidade civil não suprida;
- IV.** Deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

**Parágrafo único.** A exclusão com fundamento nas disposições dos incisos I, II e III será automática e a do inciso IV, por decisão do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.

### **CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES, DA COMPENSAÇÃO E DA READMISSÃO**

**Art. 14** A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes e, em caso de desligamento do quadro social, perdura até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.

**Parágrafo único.** As obrigações contraídas por associados com a Cooperativa, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.

**Art. 15** Nos casos de desligamento de associado, a Cooperativa poderá, a seu único e exclusivo critério, promover a compensação prevista no artigo 368 da Lei 10.406/02, entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes.

**Parágrafo único.** Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado e haja a compensação citada no caput deste artigo, o desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a Cooperativa tomar todas as providências cabíveis.

**Art. 16** O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 02 (dois) anos, contados do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.

**Parágrafo único.** A readmissão do associado que se demitiu não está condicionada ao prazo previsto no caput caso ainda não tenham sido restituídas todas as parcelas de seu capital.

**Art. 17** O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no inciso IV do Art. 13, somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 03 (três) anos, contados a partir do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.



**Art. 18** Para o associado que se demitiu, que foi eliminado ou que foi excluído ter direito à readmissão de que trata este capítulo, serão observadas as condições de admissão de associados.

### **TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL**

#### **CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL**

##### **SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**Art. 19** O capital social da Cooperativa é dividido em quotas-partes de R\$1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, e o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).

**Art. 20** No ato de admissão, o associado subscreverá 20 quotas-partes e integralizará a vista, no mínimo, 10 quotas-partes. As 10 quotas-partes restantes deverão ser integralizadas em até 60 dias.

**§ 1º** Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da Cooperativa.

**§ 2º** As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, nos termos do art. 15.

**§ 3º** A quota-parte não poderá ser oferecida em garantia de operações com terceiros.

**§ 4º** A subscrição e a integralização inicial serão averbadas no Livro ou Ficha de Matrícula, mediante termo que conterà as assinaturas do associado.

##### **SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO**

**Art. 21** No ato de admissão, o associado pessoa natural que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico, bem como se mantenha aderente ao respectivo pacote de serviços, subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 20 quotas-partes de R\$1,00 (um real) cada uma, equivalentes a R\$20,00 (vinte reais).

**§ 1º** Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a Cooperativa aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a Cooperativa, na forma da regulamentação em vigor.

**§ 2º** O associado pessoa natural que realizar a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico



aderirá automaticamente ao respectivo pacote de serviços, sendo este divulgado aos associados, conforme normas relativas ao assunto, assim como os demais pacotes tarifários da Cooperativa.

**§ 3º** Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a Cooperativa migrando para outro pacote de serviços que não o pacote de serviços referente ao relacionamento por meio eletrônico, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 20 deste Estatuto Social.

## **CAPÍTULO II DA QUOTA-PARTE MIRIM**

**Art. 22** O filho ou dependente legal com idade entre 01 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta corrente à Cooperativa desde que representados ou assistidos pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no art. 20.

**Parágrafo único.** Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL**

**Art. 23** Conforme deliberação do Conselho de Administração o capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais.

## **CAPÍTULO IV DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES**

### **SEÇÃO I DA TRANSFERÊNCIA**

**Art. 24** As quotas-partes do associado são indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da Cooperativa, ainda que por herança, não podendo com eles ser negociada e nem dada em garantia.

**Parágrafo único.** A transferência de quota-parte entre associados será averbada no Livro ou Ficha de Matrícula, mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor responsável pela averbação.

### **SEÇÃO II DO RESGATE ORDINÁRIO**

**Art. 25** Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros quando houver e das sobras que lhe tiverem sido registradas, ou reduzido das respectivas perdas, observado, em cada caso, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:





- I.** O associado que possuir capital social igual ou inferior a R\$300,00 (trezentos reais) terá direito, quando de seu desligamento, à devolução de suas quotas-partes no prazo de até 30 (trinta) dias após o seu desligamento, em uma única parcela;
- II.** Para o associado que possuir capital social superior a R\$300,00 (trezentos reais), deve ser observado o seguinte:
  - a)** A devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;
  - b)** Em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas;
  - c)** Os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do de cujus, atendidos os requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 01 (uma) parcela;
  - d)** Os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.

### **SEÇÃO III DO RESGATE EVENTUAL**

**Art. 26** O associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a Cooperativa, tiver no mínimo 65 (sessenta e cinco) anos de idade e ter no mínimo 20 (vinte) anos de associação, poderá solicitar a devolução de até 90% (noventa por cento) de suas quotas partes, o que dependerá de autorização específica, a critério do Conselho de Administração, e desde que preservado além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexigibilidade do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição. Também deve ser observado o seguinte:

- I.** A opção de resgate eventual será exercida, considerando-se o saldo em conta capital do último exercício aprovado pela Assembleia Geral;
- II.** As quotas-partes integralizadas após o último exercício base para o resgate eventual, permanecerão subscritas no saldo da conta capital do associado, podendo ser resgatadas somente após o seu desligamento do quadro social da Cooperativa;
- III.** O valor a ser devolvido pela Cooperativa como resgate eventual ao associado, poderá ser dividido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas;
- IV.** Os valores das parcelas do resgate eventual nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;



- V.** Tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação prevista neste Estatuto Social;
- VI.** No caso de desligamento do associado, nas formas previstas neste Estatuto Social, durante o período de recebimento das parcelas do resgate eventual, o saldo remanescente da conta capital e o saldo registrado em capital a devolver serão somados, e ao resultado apurado serão aplicadas as regras para o resgate ordinário.

**Art. 27** Ao associado pessoa jurídica que cumprir as disposições deste Estatuto Social, não estiver inadimplente perante a Cooperativa e contar com no mínimo 35 (trinta e cinco) anos de associação, será facultada a devolução de até 90% (noventa por cento) de suas quotas-partes, preservando apenas o valor mínimo de subscrição de quotas, observadas as disposições contidas nos incisos do artigo anterior;

**Art. 28** O resgate eventual de quotas-partes somente ocorrerá após aprovação do Conselho de Administração, que observará para deferimento da devolução os critérios de conveniência, oportunidade e limites legais, normativos e estatutários;

**Art. 29** A solicitação do resgate eventual de quotas-partes somente será deferida pela Cooperativa, se o parecer técnico sobre os impactos patrimoniais, a ser emitido pela Cooperativa ou pela Central a que estiver filiada, for favorável à concessão do pedido;

**Art. 30** O Associado poderá solicitar o resgate parcial de até 90% (noventa por cento) sobre o valor de quotas-partes integralizadas, deduzido o capital mínimo de ingresso e garantida a manutenção de todos os direitos sociais, na seguinte condição:

- I.** Estar declarado aposentado por invalidez pela previdência oficial, mediante comprovação.

**Art. 31** Fica o Conselho de Administração autorizado a deliberar sobre o resgate parcial de até 90% (noventa por cento) sobre o valor de quotas-partes de associados, em caso de doenças graves ou que possam levar a invalidez, acordos judiciais ou extrajudiciais, ou outros casos julgados pertinentes, após minucioso estudo da situação do associado.

**Parágrafo único.** Nestes casos, a liberação poderá ser feita antes da aprovação das contas pela Assembleia Geral, desde que a Cooperativa esteja operando dentro dos limites de Patrimônio Exigível na forma legal e de que não haja previsão de perdas no exercício.

**Art. 32** O resgate de quotas-partes integralizadas depende, inclusive, da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente, podendo o resgate parcial ser solicitado pelo associado, ou ser por iniciativa e autorização do Conselho de Administração, que observará critérios de conveniência e oportunidade e demais condições normativas.



## **TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRES, DAS PERDAS E DOS FUNDOS SOCIAIS**

### **CAPÍTULO I DO BALANÇO E DO RESULTADO**

**Art. 33** O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.

**Art. 34** As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:

- I.** Pela distribuição entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;
- II.** Pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;
- III.** Pela manutenção na conta "sobras/perdas acumuladas"; ou
- IV.** Pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no inciso I deste artigo.

**Art. 35** As perdas verificadas no decorrer do exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva ou, no caso de insuficiência, alternativa ou cumulativamente, das seguintes formas:

- I.** Mediante compensação por meio de sobras dos exercícios seguintes, desde que a Cooperativa:
  - a)** Mantenha-se ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;
  - b)** Conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas;
  - c)** Atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob.
- II.** Mediante rateio entre os associados, considerando-se as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.

### **CAPÍTULO II DOS FUNDOS**

**Art. 36** Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:

- I.** 45% (Quarenta e cinco por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;



**II.** 05% (Cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e seus familiares e empregados da Cooperativa.

**§ 1º** Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates) poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas ou privadas.

**§ 2º** Os resultados das operações com não associados, rendas não operacionais, auxílios ou doações sem destinação específica serão levados à conta do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates) e contabilizados separadamente, de forma a permitir cálculo para incidência de tributos.

**Art. 37** Os fundos obrigatórios constituídos são indivisíveis entre os associados, mesmo nos casos de dissolução ou de liquidação da Cooperativa, hipótese em que serão recolhidos à União ou terão outra destinação, conforme previsão legal.

**Art. 38** Além dos fundos previstos no art. 36, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

**§ 1º** Das sobras apuradas no exercício serão, também, deduzidos 10% (dez por cento) para o Fundo de Estabilidade Financeira – FEF. Este Fundo visa dar lastro a eventuais deficiências financeiras, bem como para que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica.

**§ 2º** Os valores remanescentes desse Fundo, deverão ser incorporados a Reserva Legal ou serem capitalizados para os associados que contribuíram para a sua formação.

## **TÍTULO V DAS OPERAÇÕES**

**Art. 39** A Cooperativa poderá realizar operações e prestar serviços permitidos pela regulamentação em vigor.

**§ 1º** A captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados, ressalvados a captação de recursos dos Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, as operações realizadas com outras instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas oferecidas ou isentas de remuneração.

**§ 2º** Ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, é permitida a prestação de outros serviços de natureza financeira e afins a associados e não associados.

**§ 3º** As operações de depósitos à vista e a prazo e de concessão de créditos obedecerão aos normativos aprovados pelo Conselho de Administração, pelo Sicoob Central SC/RS e pelo Sicoob Confederação.

**Art. 40** A Cooperativa pode participar do capital de outras instituições, desde que respeitadas a legislação e a regulamentação em vigor.



## **CAPÍTULO I**

### **DA RESPONSABILIDADE DAS ASSOCIADAS E DO SISTEMA DE GARANTIAS RECÍPROCAS**

**Art. 41** As associadas respondem, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscreverem, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a data em que forem aprovadas pela Assembleia Geral as contas do exercício em que se deu o desligamento.

**Parágrafo único.** A responsabilidade das associadas no que tange às obrigações da Central perante terceiros, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Sicoob Central SC/RS.

**Art. 42** Nos termos do Artigo 264 do Código Civil Brasileiro, e dos normativos do Bacen aplicáveis ao sistema de garantias recíprocas ou cruzadas, as singulares associadas, responderão, mútua e solidariamente, com o respectivo patrimônio, a qualquer tempo, até que as obrigações se cumpram, salvo prescrição extintiva legal, em caráter solidário entre si, pelos seguintes fatos:

- I.** Insuficiência de liquidez na centralização financeira administrada pelo Sicoob Central SC/RS;
- II.** Inadimplência de qualquer associada, junto ao Sicoob Central SC/RS.

**Parágrafo único.** A responsabilidade solidária, até o limite do prejuízo causado, poderá ser invocada diretamente pelo Sicoob Central SC/RS ou por qualquer associada, desde que não tenha causado o prejuízo.

**Art. 43** O Sicoob Central SC/RS, na apuração do valor correspondente à responsabilidade de cada associada, poderá aplicar critérios técnicos de proporcionalidade, a fim de apurar, ratear e debitar, sem que haja necessidade de autorização expressa das associadas, o valor da responsabilidade de cada singular.

## **TÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

### **CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

**Art. 44** A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais:

- I.** Assembleia Geral;
- II.** Conselho de Administração;
- III.** Diretoria Executiva; e



**IV. Conselho Fiscal;**

**CAPÍTULO II  
DA ASSEMBLEIA GERAL**

**SEÇÃO I  
DA DEFINIÇÃO**

**Art. 45** A Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes, nos limites da lei e deste Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

**Parágrafo único.** As decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes e constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas.

**SEÇÃO II  
DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO**

**Art. 46** A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração.

**§ 1º** A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10(dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.

**§ 2º** O Sicoob Central SC/RS poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a Cooperativa convoque a Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:

- I.** situações de risco no âmbito da Cooperativa singular filiada;
- II.** fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;
- III.** ausência de preservação dos princípios cooperativistas.

**§ 3º** O Sicoob Central SC/RS poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10(dez) dias corridos.

**SEÇÃO III  
DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO**

**Art. 47** A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma tríplice e cumulativa, da seguinte forma:



- I.** Afixação em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados;
- II.** Publicação em jornal de circulação regular; e
- III.** Comunicação aos associados por intermédio de circulares e/ou meios eletrônicos.

**§ 1º** Não havendo, no horário estabelecido, quórum de instalação, a Assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

**§ 2º** Quando houver eleição, a Assembleia deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### **SEÇÃO IV DO EDITAL**

**Art. 48** O edital de convocação da Assembleia Geral dos Associados Delegados deve conter:

- I.** A denominação social completa da Cooperativa, CNPJ e número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;
- II.** O dia e a hora da Assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local da realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- III.** A sequência numérica das convocações e quórum de instalação;
- IV.** A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma do estatuto, a indicação precisa da matéria;
- V.** O local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação conforme art. 46 deste Estatuto Social.

**Parágrafo único.** No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 04 (quatro) dos signatários do documento que a solicitou.

#### **SEÇÃO V DO QUORUM DE INSTALAÇÃO**

**Art. 49** O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, por associados delegados, verificado pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças da Assembleia, é o seguinte:

- I.** 2/3 (dois terços) do número dos associados delegados, em primeira convocação;



- II.** Metade mais 01 (um) do número dos associados delegados, em segunda convocação;
- III.** 10 (dez) associados delegados, em terceira e última convocação.

**Parágrafo único.** Não se conseguindo realizar Assembleia Geral de delegados por falta de quórum, será reiterada a convocação para nova data. Persistindo a impossibilidade de reunião nessa segunda tentativa, será automaticamente convocada Assembleia Geral de associados para deliberar sobre os assuntos da ordem do dia e/ou reformar o Estatuto Social da Cooperativa, extinguindo o instituto da representação por delegados.

## **SEÇÃO VI DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 50** Os trabalhos da Assembleia Geral serão habitualmente dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração.

**§ 1º** Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado delegado indicado pelos presentes na Assembleia.

**§ 2º** Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado delegado escolhido na ocasião.

**§ 3º** Quando a Assembleia Geral for convocada pela cooperativa central a qual a Cooperativa estiver associada, os trabalhos serão dirigidos pelo representante da cooperativa central e secretariados por convidado pelo primeiro.

**§ 4º** O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá indicar empregado ou delegado da Cooperativa para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.

## **SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO**

**Art. 51** Nas Assembleias Gerais os associados serão representados por associados delegados, eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos.

- I.** Para efeito da representação de que trata este artigo, o quadro social será dividido em grupos de 01 (um) associado delegado para cada Grupo de 500 (quinhentos) associados, distribuídos proporcionalmente pelas regiões da área de ação da cooperativa, envolvendo todos os Pontos de Atendimento instalados.
- II.** Para cada grupo de 500 (quinhentos) associados será eleito 01 (um) associado delegado efetivo e 01 (um) suplente, em reunião convocada para este fim, entre os associados em pleno gozo de seus direitos sociais. Nos





Pontos de Atendimento em que haja concentração de associados delegados, o número de suplentes poderá ser de até 30% (trinta por cento) da quantidade dos associados delegados efetivos.

- III.** A eleição para associados delegados será realizada através de convocação do Presidente da Cooperativa e será específica para os Pontos de Atendimento.
- IV.** Mediante convocação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no qual se fará referência aos princípios definidos no caput deste artigo, a Cooperativa convocará todos os associados dos Pontos de Atendimento, concedendo prazo de até 20 (vinte) dias da data prevista para a reunião, ou seja, até 10 (dez) dias antes da reunião, para a inscrição dos interessados em candidatar-se. Em seguida, divulgará para o corpo social do Ponto de Atendimento, os nomes dos candidatos inscritos. Não havendo inscrições de candidatos suficientes para o preenchimento de todas as vagas do Ponto de Atendimento poderá haver, durante a reunião, inscrições voluntárias ou por indicação através dos associados do Ponto de Atendimento, presentes.
- V.** O processo eleitoral, até a apuração final, será acompanhado irrestritamente por uma Comissão Eleitoral a ser designada pelo Conselho de Administração.
- VI.** A eleição, nos Pontos de Atendimento, será realizada pelos associados com direito de votar, presentes na reunião citada no inciso segundo deste artigo, sendo que cada associado terá direito a 01 (um) voto.
- VII.** Para efeito de desempate, na eleição, serão adotados os critérios de antiguidade como associado à cooperativa e de idade, nesta ordem.
- VIII.** A posse dos associados delegados será dada pelo Presidente da Cooperativa logo após sua eleição e cada delegado terá um único voto nas deliberações das Assembleias gerais.
- IX.** Os associados delegados, para comparecimento às Assembleias gerais, terão cobertura financeira da cooperativa para deslocamento, alimentação e hospedagem, não recebendo, entretanto, qualquer remuneração pela presença.
- X.** Não será permitida a representação por meio de mandatário para votação nos grupos seccionais.
- XI.** Havendo, em qualquer época, a adesão de novos associados, em determinado Ponto de Atendimento, que comporte a indicação de mais associados delegados, o Conselho de Administração poderá adotar os procedimentos deste Estatuto Social para a eleição, adequando assim, o número de associados delegados ao número de associados.
- XII.** São deveres dos associados delegados, efetivos e suplentes, além dos já enumerados, encaminhar, representando seu Ponto de Atendimento as sugestões ou eventuais reclamações, diretamente ao Conselho de Administração, por escrito e mediante protocolo.



- XIII.** Durante o mandato, os associados delegados não poderão ser eleitos para os cargos sociais na Cooperativa, ou seja, para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Nestes casos os candidatos deverão se licenciar da função de associado delegado.
- XIV.** Nos seus impedimentos ou ausências, o delegado efetivo será automaticamente substituído por suplente, devendo o substituído comunicar à Cooperativa, os motivos do seu não comparecimento.
- XV.** O delegado que, no curso do seu mandato, faltar a 02 (duas) Assembleias consecutivas ou 03 (três) não consecutivas, perderá seu mandato.
- XVI.** Os associados que não forem associados delegados poderão comparecer às Assembleias Gerais, sendo, contudo, privados de voto.
- XVII.** Os associados delegados efetivos e suplentes, além do motivo previsto no inciso XV, poderão ser destituídos a qualquer tempo pelos respectivos Pontos de Atendimento que os elegeram, o que será concretizado por meio de comunicação formal ao Conselho de Administração da Cooperativa, firmada pela maioria absoluta dos associados do Ponto de Atendimento, com cópia endereçada ao associado delegado destituído.
- XVIII.** Poderão os associados delegados ser destituídos, também, pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Administração ou de pelo menos 05 (cinco) associados delegados efetivos.
- XIX.** Ocorrendo a destituição e na falta de suplentes já eleitos, a Cooperativa convocará nova eleição, para aquele Ponto de Atendimento em que houver a vacância. Os associados delegados substitutos completarão o mandato dos substituídos.
- XX.** Não se realizando Assembleia Geral dos associados delegados, por falta de quórum, será reiterada a convocação para nova data. Persistindo a impossibilidade de reunião nessa segunda tentativa consecutiva, será automaticamente convocada Assembleia Geral de associados para reformar o Estatuto Social da Cooperativa, extinguindo-se o instituto da representação por associados delegados.

**Art. 52** Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenha interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

## **SUBSEÇÃO II DO VOTO**

**Art. 53** Em regra, a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto, atendendo inclusive a regulamentação própria.

**Art. 54** As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados delegados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar



dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária enumerados no art. 63, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados delegados presentes.

### **SUBSEÇÃO III DA ATA**

**Art. 55** Os assuntos discutidos e deliberados na Assembleia Geral constarão de ata lavrada em livro próprio ou em folhas soltas, a qual lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da Assembleia, por, no mínimo, 03 (três) associados delegados presentes, que não sejam membros dos órgãos estatutários ou empregado da Cooperativa e, ainda, por quantos mais o quiserem.

**Parágrafo único.** Devem, também, constar da ata da Assembleia Geral:

- I.** Para os membros eleitos, nomes completos, números de CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, carteira de identidade (número, data de emissão e órgão expedidor), data de nascimento, endereço completo (inclusive CEP), órgãos estatutários, cargos e prazos de mandato;
- II.** Referência ao estatuto social reformado que será anexado à ata;
- III.** A declaração pelo secretário de que a ata foi lavrada em folhas soltas que irá compor livro próprio, quando for o caso, ou que ela é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio.

### **SUBSEÇÃO IV DA SESSÃO PERMANENTE**

**Art. 56** A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:

- I.** Sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;
- II.** Conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício; e
- III.** Seja respeitada a ordem do dia constante do edital.

**Parágrafo único.** Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.

### **SEÇÃO VII DAS DELIBERAÇÕES**

**Art. 57** As deliberações da Assembleia Geral deverão versar somente sobre os assuntos constantes no edital de convocação.



**Art. 58** É de competência da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária deliberar sobre:

- I.** Destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;
- II.** Aprovação da política de governança corporativa e do regulamento eleitoral e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;
- III.** Fixação de procedimentos específicos de concessão de créditos e prestação de garantias a membros de órgão estatutário e a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros;
- IV.** Julgar recurso do associado que não concordar com o Termo de Eliminação;
- V.** Ratificação do compartilhamento e a utilização de componente organizacional de ouvidoria único, cabendo delegação à Diretoria Executiva;
- VI.** Deliberar sobre a associação e demissão da Cooperativa à Central.

**Parágrafo único.** Ocorrendo destituição de que trata inciso I, que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da Cooperativa, poderá a Assembleia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Art. 59** Prescreve em 04 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do Estatuto Social, contado o prazo da data em que a Assembleia foi realizada.

### **CAPÍTULO III** **DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**Art. 60** A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 04 (quatro) primeiros meses do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

- I.** Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
  - a)** Relatório da gestão;
  - b)** Balanços elaborados no primeiro e no segundo semestre do exercício social anterior;
  - c)** Relatório da auditoria externa;
  - d)** Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade.
- II.** Destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas, com a possibilidade de



compensar, por meio de sobras dos exercícios seguintes o saldo remanescente das perdas verificadas no exercício findo;

- III.** Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;
- IV.** Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa;
- V.** Fixação, quando prevista, do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- VI.** Fixação, quando previsto, do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva;
- VII.** Quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 63.

**Parágrafo único.** A aprovação do relatório, do balanço e das contas dos órgãos de administração não desonera de responsabilidade os administradores e os Conselheiros Fiscais.

**Art. 61** A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.

#### **CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Art. 62** A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado em edital de convocação.

**Art. 63** É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I.** Reforma do estatuto social;
- II.** Fusão, incorporação ou desmembramento;
- III.** Mudança do objeto social;
- IV.** Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V.** Prestação de contas do liquidante.

**§ 1º** São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados delegados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.



## **CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS**

**Art. 64** São órgãos estatutários da Cooperativa:

- I.** Conselho de Administração;
- II.** Diretoria Executiva; e
- III.** Conselho Fiscal.

**Parágrafo único.** O Conselho de Administração tem, na forma prevista em lei e neste Estatuto Social, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva. Está sob sua responsabilidade, atuar em todas as questões societárias da Cooperativa, no relacionamento e atendimento ao quadro social.

### **SEÇÃO I DAS CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS**

**Art. 65** O processo eleitoral para preenchimento dos cargos estatutários da Cooperativa está disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral.

**Art. 66** São condições para o exercício dos cargos estatutários da Cooperativa, sem prejuízo de outras previstas em leis ou normas aplicadas às Cooperativas de Crédito:

- I.** Ser associado pessoa natural da Cooperativa, exceto para os diretores executivos;
- II.** Ter reputação ilibada;
- III.** não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
- IV.** Não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundo, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- V.** Não estar declarado falido ou insolvente, não ter controlado ou administrado firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
- VI.** Não participar da administração ou deter 05% (cinco por cento) ou mais do capital de empresas de fomento mercantil, outras instituições financeiras e



demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com exceção de cooperativa de crédito;

- VII.** Ser residente no País;
- VIII.** Não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- IX.** Para ocupar os cargos de presidente ou vice-presidente, o associado deve comprovar capacidade técnica e administrativa para exercer o cargo. Esta comprovação deverá ser feita através de apresentação de certificados de participação de cursos sobre administração de cooperativas de crédito ou apresentação de "currículum vitae" com comprovação dos cargos já exercidos;
- X.** Não estar exercendo ou ter exercido, nos últimos 03 (três) exercícios, qualquer cargo político-partidário;
- XI.** Não responder, nem qualquer sociedade da qual tenha sido controlador ou administrador à época dos fatos, por processo crime, inquérito policial e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- XII.** Não responder por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.
- § 1º** É condição adicional para exercício de cargo estatutário de administração possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, conforme política de sucessão de administradores, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pela Cooperativa, a qual será dispensada nos casos de reeleição de membro, com mandato em vigor no órgão para o qual foi eleito na própria Cooperativa.
- § 2º** Nenhum associado pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.
- § 3º** Não podem compor o Conselho de Administração e/ou a Diretoria Executiva e/ou o Conselho Fiscal os parentes entre si até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, bem como cônjuges e companheiros.
- § 4º** Os membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.
- § 5º** A condição prevista no inciso VI deste artigo aplica-se, inclusive, aos ocupantes de funções de gestão (superintendentes, gerentes e similares) da Cooperativa.



§ 6º A condição de que trata o inciso VI deste artigo não se aplica à participação de conselheiros de cooperativas de crédito no Conselho de Administração ou colegiado equivalente de instituições financeiras e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelas referidas cooperativas, desde que não assumidas funções executivas nessas controladas.

§ 7º Não é admitida a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.

## **SEÇÃO II**

### **DA INELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS A CARGOS ESTATUTÁRIOS**

**Art. 67** São condições de inelegibilidade de candidatos a cargos dos órgãos estatutários, inclusive os executivos eleitos:

- I.** Pessoas impedidas por lei;
- II.** Condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- III.** Condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional.

**Art. 68** Para se candidatarem a cargo político-partidário os membros ocupantes de cargos de administração e fiscalização deverão renunciar ao cargo ocupado na Cooperativa.

## **SEÇÃO III**

### **DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS**

**Art. 69** Os membros dos órgãos estatutários, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de posse e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo único.** Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

## **SEÇÃO IV**

### **DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **SUBSEÇÃO I**

#### **DA COMPOSIÇÃO E DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 70** O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por 09 (nove) membros, sendo um presidente, um vice-presidente e 07 (sete) conselheiros vogais, todos associados da Cooperativa.

**Parágrafo 1º** - As chapas completas para concorrer à eleição dos membros do conselho de administração da Cooperativa deverão ser apresentadas, por dois componentes, ao coordenador da Comissão Eleitoral, conforme regimento interno





aprovado pelo Conselho de Administração, até as 10h horas, 10 (dez) dias antes da realização da Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º** - De posse das chapas completas para concorrer à eleição dos membros do Conselho de Administração, o coordenador da Comissão Eleitoral levará aos demais membros, que se pronunciarão sobre o cumprimento das formalidades constantes no Estatuto Social em relação a cada chapa, encaminhando parecer para conhecimento da Assembleia Geral.

## **SUBSEÇÃO II DO MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 71** O mandato do Conselho de Administração é de 04 (quatro) anos, estendendo-se até a posse dos seus substitutos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

## **SUBSEÇÃO III DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 72** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:

- I.** As reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;
- II.** As deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;
- III.** Os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas lavradas em livro próprio ou em folhas soltas, lidas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

**Parágrafo único.** O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.

## **SUBSEÇÃO IV DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 73** Nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente.

**Art. 74** Nos casos de impedimentos superiores a 90 (noventa) dias corridos ou de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substituto escolhido entre seus membros, ad referendum da primeira Assembleia Geral que se realizar.

**Art. 75** Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração deverá, nesta ordem, o presidente ou seu substituto, ou

Pág. 25



os membros restantes, ou o Conselho Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, convocar Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.

**Art. 76** Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos antecessores.

**Art. 77** Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo eletivo:

- I.** Morte ou invalidez permanente;
- II.** Renúncia;
- III.** Destituição;
- IV.** Não comparecimento, sem a devida justificativa a 03(três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 06(seis) alternadas durante o exercício social;
- V.** Patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria Cooperativa, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- VI.** Desligamento do quadro de associados da Cooperativa; ou
- VII.** Candidatura a cargo político-partidário.

**Parágrafo único.** Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências serão formalizadas e encaminhadas aos demais membros do Conselho de Administração. Fica a critério deste Conselho, aceitar ou não as justificativas.

#### **SUBSEÇÃO V** **DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 78** Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas as decisões da Assembleia Geral:

- I.** Fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- II.** Aprovar e supervisionar a execução dos projetos elaborados pelos executivos;
- III.** Aprovar e divulgar as políticas da Cooperativa;
- IV.** Aderir e acompanhar o cumprimento das políticas, das diretrizes de atuação sistêmica e demais normativos publicados pelo Sicoob Confederação;
- V.** Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- VI.** Propor para a Assembleia quaisquer assuntos para deliberação;



- VII.** Avaliar diuturnamente, através da atuação do presidente do Conselho de Administração, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, por meio de balancetes, demonstrativos específicos e contato permanente com a diretoria executiva;
- VIII.** Deliberar sobre a admissão, a eliminação ou a exclusão de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;
- IX.** Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- X.** Propor à Assembleia Geral Extraordinária alteração no Estatuto Social;
- XI.** Deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);
- XII.** Analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de fundos;
- XIII.** Deliberar pela contratação e destituição de auditores externos, na forma da regulamentação em vigor;
- XIV.** Propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas, inclusive bancos cooperativos;
- XV.** Estabelecer normas internas em casos omissos e se for o caso submetê-las à deliberação da Assembleia Geral;
- XVI.** Eleger ou reconduzir os membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do Conselho de Administração eleito, para aprovação do Banco Central do Brasil;
- XVII.** Destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria Executiva;
- XVIII.** Fiscalizar a gestão, bem como conferir aos membros da Diretoria Executiva atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;
- XIX.** Fixar, limitados ao valor global definido pela Assembleia Geral, os honorários e as gratificações, dos membros da Diretoria Executiva;
- XX.** acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;
- XXI.** garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;



- XXII.** Acompanhar e adotar providências necessárias para o cumprimento do Planejamento Estratégico;
- XXIII.** Acompanhar as medidas adotadas para saneamento dos apontamentos da Auditoria Interna, da Auditoria Externa e da área de Controle Interno;
- XXIV.** Acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a Cooperativa e a cooperativa central a qual estiver associada;
- XXV.** Convocar os membros da Diretoria Executiva para prestar esclarecimentos sobre assuntos de qualquer natureza;
- XXVI.** Autorizar, previamente, a Diretoria Executiva a praticar quaisquer atos que ultrapassem os respectivos poderes de gestão;
- XXVII.** Propor a revisão do valor estipulado para subscrição e integralização de quotas de capital;
- XXVIII.** Examinar e deliberar sobre propostas da Diretoria Executiva relativas a plano de cargos e salários, estrutura organizacional da Cooperativa ou normativos internos;
- XXIX.** Deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis e imóveis, tanto de uso próprio como de não uso próprio;
- XXX.** Manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;
- XXXI.** Deliberar sobre a criação de comitês consultivos;
- XXXII.** Deliberar sobre estabelecimento do Programa de Participação no Resultado - PPR aos colaboradores mediante cumprimento de metas a serem alcançadas, anualmente;
- XXXIII.** Autorizar a Diretoria Executiva a deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como imóveis, tanto de uso próprio como de não uso próprio, bem como assinar por dois Diretores, escrituras públicas de compra e venda de bens imóveis, bem como documentos de transferência de bens móveis;
- XXXIV.** Deliberar sobre a abertura e fechamento de Pontos de Atendimento da Cooperativa;
- XXXV.** Deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial.

**Art. 79** São atribuições do presidente do Conselho de Administração:

- I.** Representar a Cooperativa, com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias gerais da cooperativa central, do Bancoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;
- II.** Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;



- III.** Facilitar e conduzir os debates dos temas nas reuniões do Conselho de Administração;
- IV.** Permitir a participação, sem direito a voto, de membros da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho de Administração;
- V.** Tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração, respeitado o regimento próprio;
- VI.** Convocar a Assembleia Geral e presidi-la;
- VII.** Proporcionar, por meio da transparência na condução das reuniões, ao Conselho de Administração, a obtenção de informações sobre todos os negócios feitos no âmbito da Diretoria Executiva, acompanhando diuturnamente as ações desenvolvidas;
- VIII.** Proporcionar, aos demais membros do Conselho de Administração, conhecimento prévio dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- IX.** Assegurar que todos os membros do Conselho de Administração tenham direito a se manifestar com independência, sobre qualquer matéria colocada em votação;
- X.** Decidir, ad referendum do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;
- XI.** Permitir, excepcionalmente, a inclusão de assuntos extra pauta, considerando a relevância e a urgência do assunto;
- XII.** Salvar e cumprir as demais atribuições apresentadas em normativo próprio;
- XIII.** Designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração, respeitado o regimento próprio;
- XIV.** Aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o Presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.

**Art. 80** É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente e exercer as competências e as atribuições do presidente, na forma prevista neste Estatuto Social, quando substituí-lo.

**Art. 81** O Presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.

## **SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA**



## **SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 82** A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração é composta por 04 (quatro) diretores, sendo um Diretor de Operações e Desenvolvimento, um Diretor de Negócios, um Diretor Administrativo e de Suporte e um Diretor de Controle e Risco.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva não poderão ser oriundos do Conselho de Administração.

§ 2º O Conselho de Administração, por maioria simples, poderá destituir os membros da Diretoria Executiva, a qualquer tempo.

## **SUBSEÇÃO II DO MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 83** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, estendendo-se até a posse dos seus substitutos. Podendo haver, a critério do Conselho de Administração recondução.

## **SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 84** Nas ausências ou impedimentos temporários inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor de Operações e Desenvolvimento será substituído, nesta ordem, pelo Diretor de Negócios, Diretor Administrativo e de Suporte ou Diretor de Controle e Risco, que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, mas não de vantagens.

**Art. 85** Ocorrendo a vacância de qualquer cargo de diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência.

**Art. 86** Em qualquer caso, o substituto exercerá o cargo até o final do mandato do antecessor.

## **SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 87** Compete à Diretoria Executiva:

- I.** Adotar medidas, para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;
- II.** Elaborar orçamentos para deliberação pelo Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado



econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;

- III.** Prestar contas ao Conselho de Administração quanto às medidas adotadas visando o cumprimento das diretrizes fixadas e quanto à execução de projetos, inclusive prazos fixados;
- IV.** Supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;
- V.** Aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;
- VI.** Deliberar sobre a contratação de empregados, os quais não poderão ser parentes dos membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, até 2º grau, em linha reta ou colateral e fixar atribuições, alçadas e salários;
- VII.** Autorizar a contratação de prestadores de serviços de caráter eventual ou não;
- VIII.** Propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da Cooperativa;
- IX.** Avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas;
- X.** Aprovar e divulgar, normativos operacionais internos da Cooperativa;
- XI.** Zelar para que padrões de ética e de conduta profissional façam parte da cultura organizacional e que sejam observados por todos os empregados;
- XII.** Zelar pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis ao cooperativismo de crédito;
- XIII.** Elaborar proposta de criação de fundos e submeter ao Conselho de Administração;
- XIV.** Estabelecer o horário de funcionamento da Cooperativa;
- XV.** Adotar medidas, para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico;
- XVI.** Adotar medidas para saneamento dos apontamentos da Central, da Auditoria Interna, da Auditoria Externa e da área de Controle Interno;
- XVII.** Outorgar mandato a empregado da Cooperativa e ad judícia a advogado empregado ou contratado;
- XVIII.** Assinar, por dois diretores, os contratos constitutivos de obrigações e direitos da Cooperativa, bem como os demais documentos necessários para a administração e ao fiel cumprimento das atividades negociais da mesma;
- XIX.** Representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I, do art. 79, que somente poderá ser exercida se houver delegação específica do presidente do Conselho de Administração;



- XX.** Conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da Cooperativa;
- XXI.** Executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;

**Parágrafo único.** As atribuições designadas a cada diretor executivo deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.

**Art. 88** São atribuições do Diretor de Operações e Desenvolvimento, o principal Diretor Executivo da Cooperativa:

- I.** Coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- II.** Dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos e materiais e às atividades fins da Cooperativa;
- III.** Executar as políticas e diretrizes de recursos humanos, tecnológicos e materiais;
- IV.** Zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;
- V.** Supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- VI.** Informar, tempestivamente, o Conselho de Administração, a propósito de constatações que requeiram medidas urgentes;
- VII.** Convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;
- VIII.** Coordenar a elaboração, anualmente, do planejamento estratégico da Cooperativa, envolvendo todas as áreas, estabelecendo metas e meios para alcançá-las;
- IX.** Representar a Diretoria Executiva nas apresentações e na prestação de contas para o Conselho de Administração;
- X.** Orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- XI.** Resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor de Negócios, o Diretor Administrativo e de Suporte e o Diretor de Controle e Risco;

**Art. 89** Compete ao Diretor de Negócios:

- I.** Assessorar o Diretor de Operações e Desenvolvimento em assuntos de sua área;
- II.** Substituir o Diretor de Operações e Desenvolvimento, o Diretor Administrativo e de Suporte e o Diretor de Controle e Risco;





- III.** Executar as atividades operacionais no que tange à concessão de empréstimos, à oferta de serviços e a movimentação de capital;
- IV.** Acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e os controles necessários para regularização;
- V.** Elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas ao Conselho de Administração;
- VI.** Coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, medidas que julgar convenientes;
- VII.** Orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- VIII.** Resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor de Operações e Desenvolvimento.

**Art. 90** Compete ao Diretor Administrativo e de Suporte:

- I.** Assessorar o Diretor de Operações e Desenvolvimento nos assuntos a ele competentes;
- II.** Substituir o Diretor de Operações e Desenvolvimento, o Diretor de Negócios e o Diretor de Controle e Risco;
- III.** Orientar e acompanhar a execução da contabilidade da Cooperativa, de forma a permitir visão permanente da situação econômica, financeira, patrimonial e organizacional da entidade;
- IV.** Auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos a Assembleia Geral;
- V.** Orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- VI.** Executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custo, etc.);
- VII.** Zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;
- VIII.** Resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor de Operações e Desenvolvimento.

**Art. 91** Compete ao Diretor de Controle e Risco:

- I.** Assessorar o Diretor de Operações e Desenvolvimento em assuntos de sua área;
- II.** Substituir o Diretor de Operações e Desenvolvimento, o Diretor de Negócios e o Diretor Administrativo e de Suporte;



- III.** Gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;
- IV.** Acompanhar a evolução da legislação e da regulamentação aplicáveis ao Cooperativismo de Crédito e zelar pelo seu cumprimento;
- V.** Dirigir os assuntos relacionados às atividades dos controles internos e riscos, de forma a assegurar a conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;
- VI.** Orientar, acompanhar e avaliar a atuação dos empregados de sua área;
- VII.** Decidir, em conjunto com o diretor de Operações e Desenvolvimento, sobre a admissão e demissão de empregados;
- VIII.** Resolver os casos omissos, em conjunto com o Diretor de Operações e Desenvolvimento.

### **SUBSEÇÃO V**

#### **DA OUTORGA DE MANDATO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 92** O mandato outorgado pelos diretores a empregado da Cooperativa:

- I.** Não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato ad judicium;
- II.** Deverá constar que o empregado da Cooperativa sempre assine em conjunto com um diretor;
- III.** Deverá especificar e limitar os poderes outorgados.

**Art. 93** Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da Cooperativa deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores Executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO**

#### **SEÇÃO I**

##### **DA COMPOSIÇÃO, DA ELEIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 94** A administração da Cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, todos associados, eleitos a cada ano pela Assembleia Geral, estendendo-se até posse dos seus substitutos, na forma prevista em regimento próprio.



**Parágrafo 1º** - Devem ser eleitos pelo menos 02 (dois) membros efetivos e 02 (dois) membros suplentes que não tenham integrado o Conselho Fiscal que está sendo renovado. A eleição, como efetivo, de 01 (um) membro suplente, é considerada renovação para efeito do dispositivo legal.

**Parágrafo 2º** - As chapas completas para concorrer à eleição dos membros do Conselho Fiscal da Cooperativa deverão ser apresentadas, por dois componentes, ao coordenador da Comissão Eleitoral, até as 10h horas, 10 (dez) dias antes da realização da Assembleia Geral.

**Parágrafo 3º** - De posse das chapas completas para concorrer à eleição dos membros do Conselho Fiscal, o coordenador da Comissão Eleitoral levará à apreciação desta, que se pronunciará sobre o cumprimento das formalidades constantes no Estatuto Social em relação a cada chapa, encaminhando parecer para conhecimento da Assembleia Geral.

## **SEÇÃO II**

### **DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO DE CARGO DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 95** Os membros do Conselho Fiscal, depois de aprovada a eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termo de posse lavrado no Livro de Atas do Conselho Fiscal ou em folhas soltas.

**Parágrafo único.** Os eleitos serão empossados em até, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

**Art. 96** Para exercício de cargo do Conselho Fiscal aplicam-se as condições de elegibilidade dispostas no art. 66 e não serão eleitos:

- I.** Aqueles que forem inelegíveis;
- II.** Empregado de membros dos órgãos de administração e seus parentes até o 2º grau, em linha reta ou colateral, bem como parentes entre si até esse grau, em linha reta ou colateral;
- III.** Membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva da Cooperativa.

## **SEÇÃO III**

### **DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL**

**Art. 97** Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo eletivo:

- I.** Morte ou invalidez permanente;
- II.** Renúncia;
- III.** Destituição;
- IV.** Não comparecimento, sem a devida justificativa a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas durante o exercício social;



- V.** Patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria Cooperativa, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;
- VI.** Desligamento do quadro de associados da Cooperativa; ou
- VII.** Candidatura a cargo político-partidário.

**Parágrafo único.** Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências serão formalizadas e encaminhadas aos demais membros do Conselho Fiscal. Fica a critério deste Conselho, aceitar ou não as justificativas.

**Art. 98** No caso de vacância de cargo efetivo do Conselho Fiscal será efetivado membro suplente, obedecida a ordem de matrícula.

**Art. 99** Ocorrendo 04 (quatro) ou mais vagas no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento das vagas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.

#### **SEÇÃO IV** **DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 100** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I.** As reuniões se realizarão sempre com a presença dos 03 (três) membros efetivos e/ou de suplentes previamente convocados;
  - II.** As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
  - III.** Os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata lavrada no Livro de Atas do Conselho Fiscal ou em folhas soltas, assinadas pelos presentes.
- § 1º** As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.
- § 2º** Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si um coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e um secretário para lavrar as atas.
- § 3º** Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.
- § 4º** Os membros suplentes quando convocados, poderão participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, podendo receber cédula de presença.

#### **SEÇÃO V** **DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL**



**Art. 101** Compete ao Conselho Fiscal:

- I.** Examinar a situação dos negócios sociais, das receitas e das despesas, dos pagamentos e dos recebimentos, das operações em geral e de outras questões econômicas, verificando a adequada e regular escrituração;
- II.** Verificar, mediante exame dos livros, atas e outros registros, se as decisões adotadas estão sendo corretamente implementadas;
- III.** Observar se o Conselho de Administração se reúne regularmente e se existem cargos vagos na composição daquele colegiado, que necessitem preenchimento;
- IV.** Inteirar-se do cumprimento das obrigações da Cooperativa em relação às autoridades monetárias, fiscais, trabalhistas ou administrativas e aos associados e verificar se existem pendências;
- V.** Examinar os controles existentes relativos a valores e documentos sob custódia da Cooperativa;
- VI.** Avaliar a execução da política de risco de crédito e a regularidade do recebimento de créditos;
- VII.** Averiguar a atenção dispensada pelos diretores executivos às reclamações dos associados;
- VIII.** Analisar balancetes mensais e balanços gerais, demonstrativos de sobras e perdas, assim como o relatório de gestão e outros, emitindo parecer sobre esses documentos para a Assembleia Geral;
- IX.** Inteirar-se dos relatórios de auditoria e verificar se as observações neles contidas foram consideradas pelos órgãos de administração e pelos gerentes;
- X.** Exigir, dos órgãos de administração ou de quaisquer de seus membros, relatórios específicos, declarações por escrito ou prestação de esclarecimentos, quando necessário;
- XI.** Aprovar o próprio regimento interno;
- XII.** Apresentar ao Conselho de Administração com periodicidade mínima trimestral, relatório contendo conclusões e recomendações decorrentes da atividade fiscalizadora;
- XIII.** Comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;
- XIV.** Instaurar inquéritos e comissões de averiguação; e
- XV.** Convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social.



**Parágrafo único.** No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Externa, do Controle Interno, dos diretores ou dos empregados da Cooperativa, ou da assistência de técnicos externos, às expensas da sociedade, quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.

**TÍTULO VIII**  
**DA RESPONSABILIDADE DOS OCUPANTES DE CARGOS DOS ÓRGÃOS DE**  
**ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DO PROCESSO ELEITORAL**

**CAPÍTULO I**  
**DA RESPONSABILIDADE**

**Art. 102** Os componentes dos órgãos de Administração e do Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

**Art. 103** Os membros efetivos do Conselho Fiscal são solidariamente responsáveis pelos atos e fatos irregulares praticados pelos administradores da Cooperativa, desde que, no exercício da fiscalização, revelem-se omissos, displicentes e com ausência de acuidade de pronta advertência ao Conselho de Administração e, na inércia destes, de oportuna e conveniente denúncia à Assembleia Geral.

**Art. 104** Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a cooperativa, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

**CAPÍTULO II**  
**DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 105** O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos eletivos na Cooperativa está disciplinado por este Estatuto e será conduzido pela Comissão Eleitoral nomeada pelo Conselho de Administração.

**TÍTULO IX**  
**DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB),**  
**DO SISTEMA LOCAL E DO SICOOB CONFEDERAÇÃO**

**Art. 106** O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é integrado:

- I.** Pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação;
- II.** Pelas cooperativas centrais associadas ao Sicoob Confederação;
- III.** Pelas cooperativas singulares associadas às respectivas cooperativas centrais; e
- IV.** Pelas instituições vinculadas ao Sicoob.



**§ 1º** O Sicoob se caracteriza como conjunto, por via de princípios, de diretrizes, de planos, de programas e de normas deliberados pelos órgãos de administração do Sicoob Confederação, aplicáveis às Cooperativas, resguardada a autonomia jurídica dessas entidades, de acordo com a legislação aplicável a cada integrante.

**§ 2º** A Marca Sicoob é de propriedade do Sicoob Confederação e o uso pela Cooperativa se dará nas condições previstas no respectivo instrumento particular para licença de uso da Marca Sicoob e nas normas emanadas do Sicoob Confederação.

**Art. 107** A Cooperativa, juntamente com a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as demais singulares associadas a essa Central, integram o SICOOB Central SC/RS.

**Art. 108** Para participar do processo de centralização financeira, a Cooperativa deverá estruturar-se segundo orientações emanadas da Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

**Art. 109** A associação da Cooperativa a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, implica:

- I.** Na aceitação e no cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Local, por meio do Estatuto Social da cooperativa central, à qual a Cooperativa é associada, de regulamentos, de regimentos, de políticas e de manuais;
- II.** O acesso, pela Cooperativa Central ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, de quaisquer espécies, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;
- III.** Na assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela Cooperativa Central ou pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria Cooperativa, do Sistema Local e do Sicoob.

## **TÍTULO X DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO**

**Art. 110** A Cooperativa dissolver-se-á voluntariamente, quando assim deliberar a Assembleia Geral, se pelo menos 20 (vinte) associados não se dispuserem a assegurar a continuidade da Cooperativa.

**§ 1º** Além da deliberação espontânea da Assembleia Geral, de acordo com os termos deste artigo, acarretará a dissolução da Cooperativa:

- I.** A alteração de sua forma jurídica;



**II.** A redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06 (seis) meses, não forem restabelecidas as condições mínimas de número de associados e de capital social;

**III.** O cancelamento da autorização para funcionar;

**IV.** A paralisação das atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias corridos.

**§ 2º** Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a dissolução da Cooperativa poderá ser promovida judicialmente, a pedido de qualquer associado ou do Banco Central do Brasil, caso a Assembleia Geral não a realize por iniciativa própria.

**Art. 111** Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, será nomeado um liquidante e um Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros, para procederem a liquidação da Cooperativa

**§ 5º** A Assembleia Geral, nos limites das atribuições que lhe cabe, poderá, a qualquer tempo, destituir o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, designando os respectivos substitutos.

**§ 6º** Em todos os atos e operações, o liquidante deverá usar a denominação da Cooperativa seguida da expressão "Em liquidação".

**§ 7º** O processo de liquidação somente poderá ser iniciado após aprovação da eleição do liquidante pelo Banco Central do Brasil.

**Art. 112** A dissolução da sociedade importará, também, no cancelamento da autorização para funcionamento e do registro.

**Art. 113** O liquidante terá todos os poderes normais de administração, bem como poderá praticar os atos e as operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.

**Parágrafo único.** Não poderá o liquidante, sem autorização da Assembleia Geral, gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

**Art. 114** A liquidação da sociedade obedecerá às normas legais e regulamentares próprias.

## **TÍTULO XI DA OUVIDORIA**

**Art. 115** A Cooperativa adere ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.

## **TÍTULO XII DA DISPOSIÇÃO FINAL**





**Art. 116** Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

**Art. 117** O Art. 70 entra em vigor na data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2020.

Chapecó (SC), 07 de março de 2020.

---

IVAIR LUIZ FILIPPI CHIELLA  
CPF: 543.388.249-72  
Presidente

---

ARI JOSÉ ROMAN  
CPF: 386.146.779-87  
Vice-Presidente





204027594

### TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	COOPERATIVA DE CREDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS - SICOOB - MAXICREDITO
PROTOCOLO	204027594 - 04/06/2020
ATO	019 - ESTATUTO SOCIAL
EVENTO	019 - ESTATUTO SOCIAL

#### MATRIZ

NIRE 42400011331  
CNPJ 78.825.270/0001-29  
CERTIFICO O REGISTRO EM 05/06/2020  
SOB N: 20204027594

#### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 54338824972 - IVAIR LUIZ FILIPPI CHIELLA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 05/06/2020

Arquivamento 20204027594 Protocolo 204027594 de 04/06/2020 NIRE 42400011331

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS - SICOOB - MAXICREDITO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 540095266653605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

05/06/2020